

# Trabalho e desemprego no capitalismo: reflexões para o Serviço Social

Dalsiza Cláudia Macedo Coutinho<sup>1</sup>

Giséli Ferreira Alves<sup>2</sup>

Rosemeire dos Santos<sup>3</sup>

## Resumo

Este artigo se dedica ao debate sobre a questão social como objeto de trabalho do assistente social e busca uma maior aproximação com a discussão sobre o desemprego. O objetivo é trazer essa reflexão para o campo de atuação profissional dos/as assistentes sociais, uma vez que o desemprego estrutural acirra as expressões da desigualdade social, pois reflete nas condições materiais de existência da classe trabalhadora. A partir de dados publicados pelo IBGE é realizada uma discussão teórica quanto a centralidade do trabalho no mundo do capital e, também, sobre a questão do desemprego como expressão contraditória desse modo de (re)produção das relações sociais capitalistas.

## Palavras-chave

Questão social; Trabalho; Desemprego; Serviço Social.

## Labor and unemployment in capitalism: reflections on Social Work

## Abstract

This article is dedicated to the debate of the social question as object of work of the social worker, and seeks a closer approximation to the issue of unemployment, whose objective is to bring reflections to the professional work of social workers, while the structural unemployment accelerates the expressions of social inequality, as it reflects in the conditions of existence and reproduction of the working class. Based on data published by IBGE, a theoretical discussion about the centrality of labor in the world of capital and on the issue of unemployment as a contradictory expression of this mode of (re) production of capitalist social relations is carried out.

## Keywords

Social issue; Job; Unemployment; Social service

Artigo recebido em novembro de 2019

Artigo aceito em dezembro de 2019

## Introdução

Com a gênese do neoliberalismo e da reestruturação produtiva<sup>4</sup> ocorreram diversas transformações no âmbito do trabalho, assim como novas formas de organização que foram responsáveis por inúmeras transformações para a sociedade. O desemprego e a precarização aumentaram demasiadamente, o que fez expandir ainda mais práticas totalmente precárias de trabalho. Além disso, a terceirização fez com que os salários se tornassem mais baixos, da mesma maneira que os direitos sociais se tornaram cada vez mais focalizados (ANTUNES, 2001).

A atual conjuntura apresenta a produção pautada pelo avanço tecnológico – no qual o trabalho realizado pelo homem é substituído pelas máquinas –, e empresas empregadoras que contratam com salários cada vez mais baixos e com precarizadas relações entre trabalhador e empregador. Outros fatores podem ser evidenciados para explicar esse cenário, entre eles: a crescente no desemprego, aumento do trabalho informal e a expansão do trabalho temporário, são fatores que têm como consequência o aprofundamento da precarização e da exploração da classe trabalhadora (GUIRALDELLI, 2014).

O desenvolvimento de tecnologias, e a substituição da força humana de trabalho, teve como resultado o crescimento do índice de desemprego, entretanto, esse modo de produção depende da expropriação do trabalho para existir, mesmo submetendo os trabalhadores a condições de trabalho precárias. Dessa forma, “o capital é incapaz de realizar sua autovalorização sem utilizar-se do trabalho humano. Pode diminuir o trabalho vivo, mas não o eliminar. Pode precarizá-lo e desempregar parcelas imensas, mas não pode extingui-lo.” (ANTUNES, 2000, p. 38).

A classe trabalhadora tem se tornado mais fragmentada e dividida entre quem possui alguma qualificação e está no mercado de trabalho, e quem, embora apresente qualificação, enfrenta dificuldades para essa inserção, e que se torna, cada vez mais, participante do mercado informal, instável e precário. Isso aumenta a concorrência no mundo

do trabalho, que forma um grande exército industrial de reserva, e no qual aqueles que estão em postos de trabalho sofrem com a pressão de perder seu emprego, sendo obrigados às mais variadas formas de exploração de suas mão de obra – o que os tornam cada vez mais suscetíveis às violências do mundo do trabalho.

O desemprego acirra as expressões da questão social e atinge diretamente as condições materiais de vida da população. Reflete, portanto, nas dimensões da vida social: habitação, alimentação, saúde, lazer, cultura e segurança, por exemplo. Dessa forma, o desemprego estrutural também sustenta questões como: pobreza, violência, criminalidade e adoecimento (físico e mental). Essas questões estão às portas das políticas sociais que objetivam o enfrentamento da desigualdade social no país, e que constituem os espaços sócios ocupacionais dos assistentes sociais.

Dessa forma, este trabalho visa refletir sobre o fazer profissional frente a realidade vivenciada pela classe trabalhadora no país e, por conseguinte, um debate sobre o reflexo do desemprego estrutural para a classe que vive do trabalho, e sobre como esses aspectos forjam e/ou são externalizados nas demandas para as políticas públicas e sociais que visam o enfrentamento da questão social.

### **As particularidades do Serviço Social no Brasil e a questão social**

Para um breve histórico do Serviço Social no Brasil, é preciso que seja destacada a sua institucionalização na América Latina como uma profissão subordinada a outras profissões, por exemplo, à medicina. Assim, o Serviço Social era considerado uma subprofissão. É dentro de organização da Igreja que surgem as primeiras escolas de Serviço Social, então:

De início, afirma-se que em 1925 nasceu o Serviço Social profissional na América Latina, quando se cria a primeira escola em um país do continente, dando origem ao serviço social latino-americano, não só através de uma forte e decisiva influência exter-

na, mas como mero reflexo, sucessivamente, do Serviço Social belga, francês e alemão e, depois, norte americano, sendo assim seu tributário nesses períodos distintos (CASTRO, 2008, p. 30).

A primeira escola de Serviço Social foi fundada no Chile, por Alejandro Del Río, em 1925 (CASTRO, 2008). Para o autor, o Serviço Social latino-americano recebeu fortes influências externas: entre 1925 e 1940 a influência europeia; e a partir de 1940, a influência norte-americana.

A gênese da profissão no Brasil, na década de 1930, imprime a influência do Serviço Social Franco-Belga, orientado pelos princípios da Igreja Católica, mas que ao buscar o rompimento com esses ideais doutrinários passa a incorporar a vertente estadunidense – fundada no positivismo funcionalista. Apenas em meados dos anos 1980 e 1990 é que a profissão assume um direcionamento hegemônico pautado pela teoria social crítica de Marx, por meio da intenção de ruptura, conforme veremos mais adiante.

A constituição e institucionalização do serviço social como profissão no Brasil se deu a partir da intervenção do Estado na regulação da vida social, ou seja, quando começa a administrar e gerir o conflito de classes, na relação capital/trabalho originada por meio do processo de industrialização e urbanização (IAMAMOTO, 2008).

O processo de laicização demorou a ser desvinculado do Serviço Social, pois a profissão foi fortemente influenciada pelo caráter religioso até as décadas de 1960 e 1970. Mesmo incorporando técnicas de caso, de grupo e de comunidade, devido à influência norte-americana, O Serviço Social no país ainda manteve traços muito fortes de seu caráter religioso, fato que pode ser compreendido devido às escolas de formação, à época, serem religiosas.

No Brasil, entre os anos de 1961 e 1964, a profissão era fundamentada no Serviço Social de comunidade, de base estadunidense. A prática de assistência social era voltada para a comunidade, uma vez que, anteriormente, o seu maior alvo era o indivíduo (Serviço Social de casos). Assim, o/a profissional passa a seguir novas técnicas em sua prática,

como a reunião e nucleação de grupos, por exemplo. Os valores da profissão eram de caráter humanista e a formação profissional passou a buscar pelo avanço técnico na perspectiva da adaptação do indivíduo numa sociedade harmônica (SILVA E SILVA, 2011).

Nesse sentido, o Serviço Social no Brasil reveste-se de uma tendência modernizadora que buscou avanços técnicos para a profissão (NETTO, 1999). Nessa perspectiva, a formação profissional em assistente social, de acordo com Silva e Silva (2011), passa a prezar pela eficiência e modernização da profissão, e o planejamento, a coordenação e a administração passam a ter um papel fundamental. Junto a esses fatores o profissional passa a ter que se capacitar para atender as demandas, além de começar a atuar com profissionais de outras áreas de formação.

De acordo com Borges (2012), parafraseando o pensamento de Netto (2002), a renovação do Serviço Social, sob a autocracia burguesa, se caracteriza por três perspectivas: a modernizadora, a reatualização do conservadorismo e a intenção de ruptura. Esta última foi a que mais influenciou o processo de construção do projeto ético-político profissional.

A perspectiva modernizadora é a primeira manifestação do processo de renovação da profissão, com sua gênese em 1965, e busca adequar o Serviço Social às características políticas determinadas na sociedade face à instauração do Golpe de Abril de 1964. Netto (2005a, p. 155) afirma ser essa a direção que ganhou mais concretude no interior da profissão: aceitar a ordem social como inquestionável e assumir uma postura interveniente que busca integrar os sujeitos ao processo de desenvolvimento. Esse perfil profissional não rompe de fato com o tradicionalismo, mas apresenta o tradicional inserido em um viés “moderno”, sob influência do positivismo norte-americano.

A década de 1970 foi então o cenário para a reatualização do conservadorismo, que é caracterizado pelo autor como a direção mais resistível às transformações e que retoma a herança mais conservadora

da gênese da profissão. É o pensamento católico, agora sob um viés intelectual, que recorre à fenomenologia, sob a qual os profissionais passam a atuar numa perspectiva psicossocial. (NETTO, 2005a).

Os anos de 1980 foram o cenário para a emergência da Intenção de Ruptura que, conforme afirma Iamamoto (2004), buscava a superação do Serviço Social tradicional tanto no viés teórico-metodológico quanto no interventivo. A teoria marxista aparece significativamente no universo da categoria profissional.

A ruptura com a herança conservadora expressa-se como uma procura, uma luta por alcançar novas bases de legitimidade da ação profissional do assistente social, que, reconhecendo as contradições sociais presentes nas condições do exercício profissional, busca colocar-se, objetivamente, a serviço dos interesses dos usuários, isto é, dos setores dominados da sociedade. Não se reduz a um movimento interno da profissão. Faz parte de um movimento social mais geral, determinado pelo confronto e a correlação de forças entre as classes fundamentais da sociedade, o que não exclui a responsabilidade da categoria pelo rumo às suas atividades e pela forma de conduzi-las (IAMAMOTO, 2004, p. 37).

O Movimento de Reconceituação do serviço social foi gestado em meados da década de 1960, mas somente ganha força a partir da década de 1970. De acordo com Netto (2005b) esse foi um marco muito importante na profissão, sendo que a reconceituação foi vista como uma crítica ao Serviço Social tradicional, de caráter assistencialista e caritativo. Sobre a reconceituação, observa-se que:

Todos aqueles assistentes sociais que estavam convencidos da necessidade de contribuir profissionalmente para as mudanças sociais requeridas para superar o quadro de subdesenvolvimento vincularam-se na luta contra o “Serviço Social Tradicional”, foi essa grande união que marcou os primeiros passos da Reconceituação: uma frente profissional que reunia um largo e hete-

rogêneo leque de assistentes sociais (e não só) interessados em promover efetivamente o desenvolvimento econômico e social (NETTO, 2005B, p. 9-10).

O objetivo principal do Movimento de Reconceituação era o rompimento com o tradicionalismo e o conservadorismo, assim um grupo de profissionais se uniu para trazer novas bases teóricas à profissão. A partir da construção do atual Projeto Ético-político profissional, pautado no pensamento histórico-crítico, foi possível consolidar a ruptura com os antigos paradigmas da profissão.

O Serviço Social, ao longo das décadas que marcam seu início e consolidação no Brasil, pode ser entendido como profissão que atua como mediador entre os conflitos advindos das relações sociais de produção no capitalismo, e a ação do Estado no enfrentamento às expressões da questão social, que é entendida como:

[...] conjunto das expressões das desigualdades sociais engendradas na sociedade capitalista madura, impensáveis sem a intermediação do Estado. Tem sua gênese no caráter coletivo da produção, contraposto à apropriação privada da própria atividade humana – o trabalho – das condições necessárias à sua realização, assim como de seus frutos. [...] expressa, portanto, disparidades econômicas, políticas e culturais das classes sociais, mediatizadas por relações de gênero, características étnico-raciais e formações regionais, colocando em causa as relações entre amplos segmentos da sociedade civil e o poder estatal (IAMAMOTO, 2008, p. 16-17).

Desse modo, a questão social é a base de sua criação como especialização do trabalho. Nos termos de Iamamoto (2008), essa se apresenta como as múltiplas expressões das desigualdades existentes na sociedade capitalista madura. Na medida em que a produção social é cada vez mais coletiva, o trabalho torna-se mais amplamente social e menos os trabalhadores e trabalhadoras se apropriam dos frutos dessa produção, ou seja, a riqueza se concentra nas mãos de uns en-

quanto outros vivem na pobreza extrema. A riqueza não é distribuída da forma como deveria ser e fica monopolizada por uma parcela da sociedade - a globalização da produção e dos mercados exemplifica claramente esse contexto. Com isso se observa a interferência do Estado e dos governos.

A questão social se evidencia no aprofundamento do capitalismo na formação econômico e social, e ao mesmo tempo deixa de ser apenas contradição entre as classes de *pobres e ricos* ou *dominantes e dominados*, inserindo-se na contradição entre *burguesia e proletariado*. A nova forma que a questão social ganha nos grandes centros urbanos industriais é resultando do crescimento intenso da classe trabalhadora, “da solidificação dos laços de solidariedade política e ideológica que perpassam seu conjunto, base para a construção e para a possibilidade objetiva e subjetiva de um projeto alternativo à dominação burguesa.” (IAMAMOTO, 2008, p. 127).

O assistente social, enquanto profissional assalariado (a) e atuante no mercado de trabalho, desenvolve suas ações a partir da execução das políticas assistenciais disponibilizadas pelo Estado e setores empresariais, cujo público-alvo são os grandes setores do proletariado - sendo seu maior órgão empregador o Estado.

A inserção do Serviço Social junto à classe trabalhadora deve ser percebida na maneira como os profissionais passam a analisar criticamente suas intervenções e lutam para a garantia dos direitos da população usuária. As atribuições e competências dos (as) profissionais de Serviço Social são orientadas e norteadas pelas determinações constantes no Código de Ética Profissional e na Lei de Regulamentação da Profissão, que devem ser observados e respeitados tanto pelos (as) profissionais quanto pelas instituições empregadoras.

Sendo assim, o momento presente coloca diversos desafios aos profissionais da área, os (as) quais devem se qualificar cotidianamente para acompanhar a dinâmica da sociedade e compreender e explicar as particularidades da questão social nos níveis nacional,

regional e municipal, em frente às estratégias de descentralização das políticas públicas. Os assistentes sociais estão em contato direto com as questões “da saúde pública da criança e do adolescente, da terceira idade, da violência, da habitação, da educação, do desemprego, do trabalho informal, acompanhando as diferentes maneiras como essas questões são experimentadas pelos sujeitos.” (IAMAMOTO, 2008).

A desigualdade social é inerente ao modo de produção capitalista, uma vez que a produção da riqueza é social, mas sua apropriação é privada, o que ocasiona a divisão da sociedade em duas classes distintas: aqueles que vendem sua força de trabalho para sobrevivência e os empregadores que possuem os meios de produção e, portanto, exploram a força de trabalho.

Mas, ao mesmo tempo em que a exploração do trabalho vivo é criadora do valor das mercadorias e única forma obtenção de mais-valia, os trabalhadores também vivenciam o desemprego em uma dimensão estrutural, de forma que o grande contingente de pessoas qualificadas, mas que não conseguem se inserir no mercado de trabalho, é usado pelo capitalismo como estratégia para: a precarização do trabalho, baixos salários e exploração mais acentuada daqueles trabalhadores que estão empregados. Esse cenário incide ainda no aumento do trabalho informal, nos índices de trabalho infantil, em violações de direitos trabalhistas e outras dimensões da vida social, tanto objetivas quanto subjetivas.

### **Trabalho e desemprego: tendências atuais**

Considerando que a desigualdade social advém da relação contraditória entre capital e trabalho, são necessárias algumas reflexões sobre o trabalho e o seu lugar central na constituição da vida social na sociedade capitalista para podermos compreender o desemprego como uma das muitas expressões advindas do antagonismo entre essas duas classes sociais.

O trabalho compreendido em sua dimensão concreta, como elemento que possibilita ao homem tornar-se sujeito diante da natureza, se objetiva teleologicamente para atender as necessidades do ser social na sua relação com a natureza que, por sua vez, ao executar essa tarefa cria novas necessidades e novas alternativas. Dessa forma, ele é considerado a protoforma do ser social, um componente inseparável dos seres sociais (ANTUNES, 2000).

Entretanto, na sociedade capitalista, é visto a partir da sua dimensão abstrata, que o coloca como elemento que cria valores de uso e troca. Aqui ele perde o seu caráter útil, a sua concretude, como intercâmbio entre o homem e a natureza na produção de coisas socialmente necessárias. O que resta, portanto, é apenas ser dispêndio da força humana produtiva, física ou intelectual, socialmente determinada. Na dimensão abstrata, o valor de uso é subsumido ao valor de troca, como elemento criador do valor das mercadorias (ANTUNES, 2000).

Nesse sentido, o labor permanece como componente fundamental para a sociabilidade humana. É por meio dele que o ser humano se constitui e realiza suas potencialidades. Entretanto, na sociabilidade do capital, a mercantilização dos bens, serviços e produtos, e a exploração da força de trabalho possibilitam novas configurações para as relações sociais, que passam a ser mediadas pela relação coisificada e alienada entre compradores e vendedores da força de trabalho, e baseadas em relações de troca. Dessa forma, o trabalho se realiza com o objetivo da produção de mais-valia e reprodução ampliada do capital (GUIRALDELLI, 2014).

O trabalho, na contemporaneidade, enquanto força produtiva, configura-se pela flexibilização, na qual os trabalhadores e as trabalhadoras devem aderir integralmente ao projeto do capital, processo que amplia o trabalho alienado e precarizado. Antunes (2000) afirma que:

Criou-se, de um lado, em escala minoritária, o trabalhador “polivalente e multifuncional” da era informacional, capaz de operar com máquinas com controle numérico e de, por vezes, exercitar com mais intensidade sua dimensão mais intelectual.

E, de outro lado, há uma massa de trabalhadores precarizados, sem qualificação, que hoje está presenciando as formas de *part-time*, emprego temporário, parcial, ou então vivenciando o desemprego estrutural (ANTUNES, 2001, p. 43).

Compreende-se que as “[...] profundas alterações no mundo do trabalho podem ser observadas, com queda no ritmo de crescimento e acentuados níveis de desemprego e miséria da população, o que contribui para o aprofundamento e agudização da questão social.” (GUIRALDELLI, 2014, p. 101).

Nesse cenário, por um lado, a reprodução do capital é marcada pelo crescimento técnico-científico e desenvolvimento econômico e, por outro, se aprofundam a miséria, violência, exploração, opressão e degradação do trabalho. "Ou seja, a questão social, entendida como o conjunto dos antagonismos expressos na relação capital versus trabalho se manifesta com novos contornos, acirrando as desigualdades sociais." (GUIRALDELLI, 2014, p. 104).

Santos (2012, p. 174) analisa o desemprego como o “não trabalho” resultante da ausência do ato de compra e venda da força de trabalho, e que é um componente estrutural do capitalismo ao “resultar de uma significativa quantidade de força de trabalho à disposição do capital, mas, fundamentalmente, do aprofundamento da precariedade e instabilidade dos vínculos”.

Júnior e Nascimento (2013), denominam o desemprego crônico como a tendência contraditória e particularizada do capital na atualidade, e como uma das maiores problemáticas do capitalismo periférico e dependente, em países como o Brasil, por exemplo. Segundo os autores: "as consequências sociais deletérias da tendência contraditória do capital, de expulsar grandes contingentes humanos dos processos de trabalho, mesmo nos países capitalistas centrais, são visíveis desde algumas décadas." (IBID., p. 21).

A disputa pelo mercado de trabalho acentua-se à medida que aumenta o número de trabalhadores qualificados que estão fora des-

se. Na realidade brasileira, o desemprego crescente se expressa tanto pelo número de pessoas que não conseguem se inserir no mercado quanto por aqueles que são “expulsos” dos seus postos de emprego.

O quadro a seguir apresenta os índices de desemprego no Brasil de acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas (IBGE), comparando os dados de 2012 a março de 2019 observamos o aumento do desemprego de 7,9%, no primeiro trimestre de 2012, para 12,7% em 2019. Os anos de 2017 a 2019 apresentam os maiores índices de desemprego, em relação aos anos anteriores. O índice atual corresponde a 13,4 milhões de brasileiros sem trabalho.

**Quadro 1 – Taxa de desocupação no Brasil de 2012 a 2019**

	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019
nov-dez-jan		7,2	6,4	6,8	9,5	12,6	12,2	12,0
dez-jan-fev		7,7	6,8	7,4	10,2	13,2	12,6	12,4
jan-fev-mar	7,9	8,0	7,2	7,9	10,9	13,7	13,1	12,7
fev-mar-abr	7,8	7,8	7,1	8,0	11,2	13,6	12,9	
mar-abr-mai	7,6	7,6	7,0	8,1	11,2	13,3	12,7	
abr-mai-jun	7,5	7,4	6,8	8,3	11,3	13,0	12,4	
mai-jun-jul	7,4	7,3	6,9	8,6	11,6	12,8	12,3	
jun-jul-ago	7,3	7,1	6,9	8,7	11,8	12,6	12,1	
jul-ago-set	7,1	6,9	6,8	8,9	11,8	12,4	11,9	
ago-set-out	6,9	6,7	6,6	8,9	11,8	12,2	11,7	
set-out-nov	6,8	6,5	6,5	9,0	11,9	12,0	11,6	
out-nov-dez	6,9	6,2	6,5	9,0	12,0	11,8	11,6	

Fonte: IBGE/PNAD, 2019.

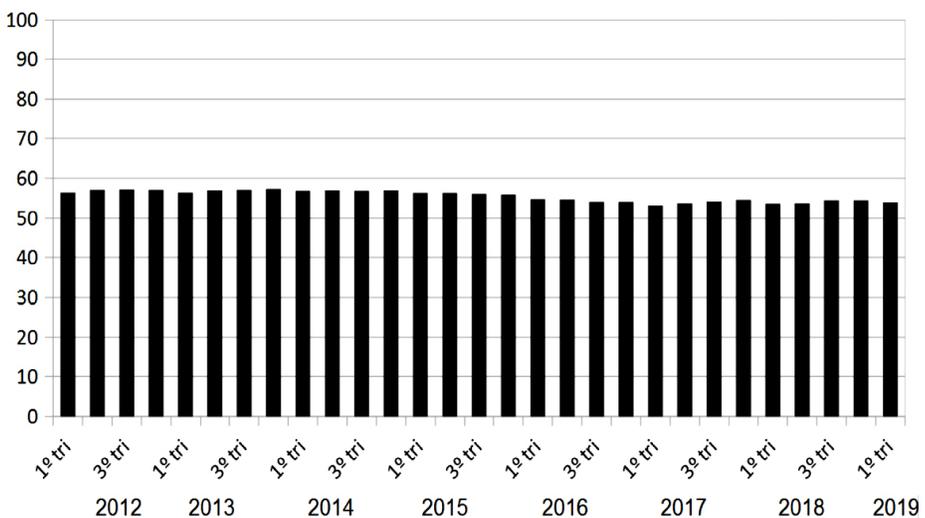
No primeiro trimestre de 2019, 61,7% da população, em idade de trabalhar, estava na força de trabalho. Desse contingente, 83,7% das pessoas se encontravam ocupadas e 12,7% desocupadas.

Conforme indica a pesquisa, o desemprego é mais acentuado na região nordeste do país (15,3%), enquanto a região sul possui o menor percentual (8,1%). As pessoas que se encontram fora do merca-

do de trabalho são em sua maioria: negras e pardas (63,9%), mulheres (64,6%) e pessoas com nível de instrução médio ou fundamental (82,7%) (IBGE/PNAD, 2019).

O IBGE também aponta que a taxa de subutilização da força de trabalho alcançou o índice de 25%, batendo o recorde de 28,3 milhões de pessoas. A pesquisa indica também o percentual de pessoas ocupadas e traz o indicativo daquelas que vêm perdendo seus postos de trabalho, conforme indica o gráfico a seguir. A partir de 2017 o país vivenciou uma redução no número de pessoas ocupadas se comparado aos anos anteriores.

**Gráfico 1 – Pessoas ocupadas no Brasil entre 2012 e 2019**



Fonte: IBGE/PNADC, 2019.

Embora as estatísticas de desemprego do IBGE considere apenas as pessoas que estão ativamente procurando trabalho, e trate como ocupadas aquelas em situação de subemprego, pode-se visualizar a ausência de emprego e renda para milhões de brasileiros (as), principalmente, se somarmos os índices da população desocupada e subocupada – esta, embora tenham alguma renda, encontram-se naque-

las condições de trabalho informal e com baixa remuneração, como o trabalho em regime de diárias e os “bicos”.

Essa tendência Antunes (2000) denomina de subproletarização do trabalho, na qual estão presentes as suas formas precárias – parcial, temporário, subcontratado e vinculados à economia informal.

Essas diversas categorias de trabalhadores têm em comum a precariedade do emprego e da remuneração; a desregulamentação das condições de trabalho em relação às normas legais vigentes ou acordadas e a conseqüente regressão dos direitos sociais, bem como a ausência de proteção e expressão (ALAIN BIHR, 1991 p. 89 apud ANTUNES, 2000, p. 52).

Um aspecto a ser observado em relação à pesquisa do IBGE é que não são considerados (as) desempregados(as) quem desistiu de procurar emprego, ou que por algum motivo não procurou no mês de referência da pesquisa. Assim, os índices apresentados trazem um panorama sobre a situação de trabalho e desemprego da população brasileira, mas ainda não o refletem em suas reais proporções.

Essa tendência no aumento dos índices de desemprego corrobora o que afirma Guiraldelli (2014), ao analisar que:

[...] atualmente, o que se verifica é a redução de empregos estáveis e protegidos, o que não significa o “fim do trabalho” nem o “fim da história”. Na atualidade, o que se observa é a eliminação de postos de trabalho, a redução de trabalho vivo e crescentes taxas de desemprego, que assume dimensão estrutural, ampliando o índice de trabalhadores supérfluos ao capital. Diferentemente do desemprego temporário e cíclico causado em períodos e conjunturas de crise do capital, o desemprego estrutural é caracterizado pela expulsão dos indivíduos da cadeia produtiva sem possibilidade de reinserção futura no mercado de trabalho (GUIRALDELLI, 2014, p. 102).

Para o autor, os custos da crise capitalista têm recaído sobre a classe trabalhadora que se depara com o desemprego, a precariza-

ção das condições de trabalho, os cortes nos serviços públicos e sociais, violência, miséria, repressão e criminalização dos movimentos sociais (GUIRALDELLI, 2014).

O desemprego é uma tendência contraditória do capitalismo<sup>5</sup> que afeta diretamente a sobrevivência de parcelas cada vez maiores da classe trabalhadora, e não apenas os indivíduos sem qualificação ou “incapacitados” para o trabalho. Ao contrário, a dimensão estrutural do desemprego perpassa todas as categorias de trabalhadores, qualificados ou sem qualificação, que formam o total da força de trabalho na sociedade capitalista (JÚNIOR; NASCIMENTO, 2013).

De acordo com Santos (2006, p. 17), “o desemprego exacerbado aumenta a incidência de novas formas de trabalho: trabalho parcial, temporário, terceirizado, precário, subcontratado”. Forma de contratação que não assegura direitos sociais e acirra a desintegração do movimento da classe trabalhadora. A autora afirma ainda que “a falta de emprego é o sintoma mais evidente da desigualdade social”.

Com o desemprego acentua-se a desigualdade social, o que faz com que outras expressões da questão social também se coloquem como demandas para as políticas públicas e sociais, de tal maneira que não é possível o reduzir a uma dimensão econômica ou de subsistência, uma vez que ele reflete em outras dimensões da vida social, como por exemplo, nas questões relacionadas à saúde – inclusive, a do trabalhador –, educação, violência, uso abusivo de psicoativos, condições de moradia, trabalho infantil, desigualdade de gênero e racismo, principalmente quando relacionamos o acesso à proteção social com a participação no trabalho legalizado. Ceolin (2014) analisa que isso acontece porque:

A produção e a reprodução das relações sociais capitalistas não se restringem à relação capital e trabalho nas condições objetivas de produção e reprodução da vida material, mas englobam um complexo mais amplo, envolvendo a totalidade da vida social e de suas formas de consciência social e expressões culturais (CEOLIN, 2014, p. 242).

Logo, as relações sociais são também a reprodução da vida social, dos determinados modos de vida e das suas determinações universais e singulares, tanto em dimensões históricas quanto cotidianas (CEOLIN, 2014). Por isso, as demandas construídas no complexo das relações sociais antagônicas, que determinam a configuração do trabalho na sociedade, forjam as condições de existência do ser social na totalidade da vida em sociedade.

Nesse contexto, uma vez que na sociedade capitalista o “Estado assume o papel de regulador das relações econômicas e sociais tendo por base a constituição de um sistema de proteção social assentado em políticas sociais.” (BOSCHETTI, 2016, p. 28), se observa a construção de intervenções, por meio das políticas públicas, que atuam na perspectiva de proteção social com objetivo de minimizar as desigualdades. Deste modo, a ação do estado não oferece possibilidades de superação do desemprego ou de outras demandas decorrentes destas relações estabelecidas no capitalismo, mas atua como forma de controle da classe trabalhadora, manutenção da ordem social e, também, de reprodução da força de trabalho.

No entanto, a política social assume direcionamentos mais voltados para a administração da desigualdade social que para a sua superação.

Além do mercado de trabalho historicamente flexível, com força de trabalho abundante e barata, o desemprego no Brasil também é acompanhado pelo baixo nível de proteção social. [...] As medidas de atendimento aos desempregados e trabalhadores informais são portadoras da descontinuidade e da focalização (SANTOS, 2012, p. 200).

Santos (2012) sinaliza que no atual contexto, de crescimento do desemprego e as elevadas taxas de subemprego, ganham forças as medidas assistenciais que no desenvolvimento vem perdendo espaço para o tema da administração da pobreza. Exemplo desse cenário, são os programas de transferência de renda e os cursos de capacitação

profissional para jovens e adultos, que não apresentam a menor possibilidade de inserção de pessoas no mercado de trabalho.

O Estado social capitalista atua para a manutenção e controle da força de trabalho, a fim de garantir a reprodução ampliada do capital. Frente a isso, o que se observa é o aumento da fragilidade nas bases de universalização da política social no Brasil, que para os assistentes sociais pode revelar dificuldades em alcançarem resultados em suas atuações profissionais, considerando que a área é chamada a atuar enquanto participante do conjunto das profissões existentes pela necessidade de controle da força de trabalho, da legitimação do modo de produção capitalista e como mediadora dos projetos em disputa (CEOLIN, 2014).

É necessário observar que as demandas chegam ao Serviço Social, nos espaços sócios ocupacionais de forma fragmentada. Emerge, então, a necessidade de compreensão da realidade nessa dimensão capital-trabalho, com a clareza de que as políticas sociais do estado burguês, por meio das quais o profissional desenvolve suas ações, são incapazes de oferecer condições de igualdade ou de emancipação.

Como afirma Boschetti (2016), isso acontece porque a base fundante do capitalismo é a desigualdade, no entanto é imprescindível que os profissionais façam da sua atuação, frente às refrações da questão social uma base de tensionamento contra o capital e contra todas as formas de exploração e opressão.

Também há uma necessidade de fortalecimento da dimensão investigativa da profissão, pois é a partir do conhecimento da realidade que os profissionais encontrarão possibilidades de atuação. É por meio da pesquisa que os assistentes sociais poderão aproximar-se e conhecer a realidade na qual estão inseridos e sob a qual precisam elaborar propostas de intervenção.

Diante desse profundo jogo de forças sociais é dever ético do profissional entender e interpretar criticamente a realidade na

qual atua, sem perder de vista que se trata de um processo dinâmico que nada tem de estático ou linear, dessa forma poderemos alcançar uma prática profissional transformadora e direcionada socialmente (MORAES E MARTINELLI, 2012, p. 2).

A contribuição que os e as assistentes sociais podem trazer para a consolidação dos direitos sociais se fundamenta nas bases éticas, políticas, teóricas e metodológicas da formação profissional, que imprimem a capacidade de compressão da realidade para além de dimensões empíricas, portanto, uma compreensão dialética e histórica dos processos que compõem a reprodução das relações sociais capitalistas.

Para Santos (2012) essa contribuição tem aberto um leque de novas demandas ao profissional, que tem sido chamado para orientar política e eticamente a formulação e execução das políticas sociais. Assim, conhecer as estruturas de nossa formação social é essencial para intervenções devidamente fundamentadas.

São tempos de precarização do trabalho, crescente desemprego e conseqüente acirramento das expressões da desigualdade social. Somado a essas questões ainda tem o enxugamento do Estado no que diz respeito a efetivação de direitos, uma realidade que submete milhares de trabalhadores às expressões da questão social. Nesse contexto, os e as assistentes sociais assumem duas posições: como trabalhadores assalariados (as), também expostos (as) a essas transformações no mundo do trabalho; e como os profissionais que atuam no atendimento às demandas da classe trabalhadora (empregados e desempregados), principalmente no âmbito das políticas de proteção social. Nos dois espaços se fazem necessários enfrentamentos da realidade de forma crítica e orientados por meio do projeto de profissão.

## Conclusão

O projeto de profissão do Serviço Social é pautado para a superação da ordem societária e luta por um amanhã sem exploração de classes, dominação de gênero e alia-se à luta de classe dos trabalha-

res na defesa à democracia e equidade e justiça social. Frente às manifestações da questão social, o/a assistente social não pode perder de vista o projeto de profissão, e compreender essas manifestações da questão no contexto das transformações societárias e da crise do capital que vivenciamos - e que acentuam ainda mais demandas advindas da relação contraditória entre capital e trabalho.

O desemprego é posto para a profissão como demanda nos serviços e programas sociais, por meio dos quais o Estado busca minimizar os impactos na vida dos usuários. Entretanto a política social do estado burguês é caracterizada como focalizada, segmentada, de mínimos sociais e burocratizada, condições essas que reduzem o acesso aos direitos sociais.

Nesse cenário, além da busca pela efetivação dos direitos, é necessário que os/as profissionais usem os espaços de atuação, de militância e de controle social para construir embates e tensionamentos na luta por dias mais humanos.

Os tempos atuais são adversos aos interesses da classe trabalhadora. Ao contexto apresentado ao longo deste trabalho se somam as mudanças aprovadas recentemente na reforma trabalhista e na reforma da previdência social, que provocam alterações na relação entre empregado e empregador e entre trabalho e seguridade social. Essas mudanças reafirmam que os custos da tão anunciada crise estão na conta da classe trabalhadora.

Os reflexos dessas transformações no mundo do trabalho atingem tanto quem já se encontra inserido nesse quanto os desempregados. Elas também convocam os trabalhadores e os movimentos sociais para o campo de embate pela defesa dos direitos sociais historicamente constituídos e para a luta contra a exploração do trabalho vivo.

## Referências

ANTUNES, Ricardo. *Trabalho e precarização numa ordem neoliberal*. In: GENTILI, Pablo e FRIGOTTO, Gaudêncio (orgs). *A Cidadania Negada: Políticas de Exclusão na Educação e no Trabalho*. São Paulo: Cortez, 2001.

ANTUNES, Ricardo. *Adeus ao trabalho?:* Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade no mundo do trabalho. 7 ed. Cortez, São Paulo. 2000.

BORGES, Vânia Venzel. O Projeto Ético-Político profissional no dia-a-dia da prática profissional do Serviço Social. In: *Espaço Cultural*, Ano XIII nº 26, 1º semestre 2012, p. 157-172. Disponível em < <http://e-revista.unioeste.br/index.php/espacoplural/article/view/8311> > Acessado em 20 de julho de 2014.

BOSCHETTI, Ivanete. *Assistência social e trabalho no capitalismo*. São Paulo, Cortez, 2016.

CASTRO, Manuel Manrique. *História do Serviço Social na América Latina*. Tradução de José Paulo Netto e Balkys Villalobos. 10 ed. São Paulo: Cortez, 2008.

CEOLIN, George Francisco. Crise do capital, precarização do trabalho e impactos no Serviço Social. *Serviço Social e Sociedade*. Nº 118, São Paulo, 2014. p. 239-264. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/sssoc/n118/a03n118.pdf>> Acesso em: 05/06/2018.

GUIRALDELLI, Reginaldo. Trabalho, trabalhadores e questão social na sociabilidade capitalista. *Cadernos de Psicologia Social do Trabalho*. V. 17, n 1, 2014. pp 101/115. Disponível em: <<http://pepsic.bvsalud.org/pdf/cpst/v17n1/a08v17n1.pdf>> Acesso em: 29/09/2017.

GUIRALDELLI, Marilda Vilela. *O Serviço Social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional*. 14ª ed. São Paulo, Cortez, 2008.

GUIRALDELLI, Marilda Villela. *Renovação e conservadorismo no Serviço Social*. 7 ed. São Paulo. Cortez, 2004.

IBGE. *Pesquisa Nacional por amostra de domicílios contínua*: primeiro trimestre de 2019. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Coordenação de Trabalho e Rendimento. Rio de Janeiro, 2019.

JÚNIOR, Adilson Aquino Silveira; NASCIMENTO, Clara Martins Do. Desemprego crônico e superpopulação relativa: apontamentos a partir da crítica da economia política. *Textos & Contextos* (Porto Alegre), v. 12, n. 1, p. 20 - 32, jan./jun. 2013. Disponível em: <<http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/fass/article/download/13887/9632>> Acesso em 12/04/2019

MORAIS, Josiane; MARTINELLI, Maria Lúcia. A importância da categoria mediação para o Serviço Social. *Anais. XX Seminário latino Americano de Escuela de Trabajo Social*. 2012. Argentina. p. 1-10. Disponível em: <<http://www.cressrn.org.br/files/arquivos/Y6O09V7X17oOE584ROe.pdf>> Acesso em: 05/06/2019.

NETTO, José. *A Construção do Projeto Ético Político do Serviço Social*. Re-digido em 1999 e originalmente publicado no módulo 1 de Capacitação em Serviço Social e Política Social: Brasília, CFESS/ABEPSS/CEAD/UnB, 1999. Disponível em <[http://www.ssrede.pro.br/wp-content/uploads/2017/07/projeto\\_etico\\_politico-j-p-netto\\_.pdf](http://www.ssrede.pro.br/wp-content/uploads/2017/07/projeto_etico_politico-j-p-netto_.pdf)> Acessado em 28 de Abril de 2016.

NETTO. *Sobre a política de Assistência no Brasil*. In: BRAVO, Maria Inês Souza; PEREIRA, Potyara Amazoneide Pereira (Ogs). *Política Social e democracia* - 2. ed. - São Paulo: Cortez, Rio de Janeiro, 2002.

NETTO, José. *Ditadura e serviço social: uma análise do serviço social no Brasil pós-64*. 8º ed. - São Paulo: Cortez, 2005a.

NETTO. O movimento de reconceitualização 40 anos depois. In: *Serviço Social e Social*, nº 84, Novembro de 2005b, p. 05-18.

SANTOS, Aline Mendonça dos. *Questão social, trabalho e desemprego*. Grupo Ecosol CES. 2006. Disponível em: <[https://www.ces.uc.pt/nucleos/ncps/ecosol/investigadores/aline\\_santos/publicacoes/2006\\_artigo\\_qs\\_e%20desemprego\\_aline.pdf](https://www.ces.uc.pt/nucleos/ncps/ecosol/investigadores/aline_santos/publicacoes/2006_artigo_qs_e%20desemprego_aline.pdf)> Acesso em: 11/04/2019

SANTOS, Josiane Soares. *Questão social: particularidades no Brasil*. São Paulo. Cortez, 2012.

SILVA E SILVA, Maria Ozanira. *Serviço Social e o Popular: resgate metodológico do projeto profissional de ruptura*. 7.ed. - São Paulo: Cortez, 2011.

SILVA, Mossicléia Mendes da. Reestruturação produtiva: um ataque ao trabalho. In: *Anais da V Jornada Internacional de Políticas Públicas*. São Luiz, 2011. p. 1-9. Disponível em: [http://www.joinpp2013.ufma.br/jornadas/joinpp2011/CdVjornada/JORNADA\\_EIXO\\_2011/TRANSFORMACOES\\_NO\\_MUNDO\\_DO\\_TRABALHO/REESTRUTURACAO\\_PRODUTIVA\\_UM\\_ATAQUE\\_AO\\_TRABALHO.pdf](http://www.joinpp2013.ufma.br/jornadas/joinpp2011/CdVjornada/JORNADA_EIXO_2011/TRANSFORMACOES_NO_MUNDO_DO_TRABALHO/REESTRUTURACAO_PRODUTIVA_UM_ATAQUE_AO_TRABALHO.pdf) Acesso em: 23/12/2019.

## Notas

- 1 Assistente Social na Universidade Federal do Tocantins, especialista em Serviço Social e Política Social (UFT) e especialista em Educação, Pobreza e Desigualdade Social (UFT). E-mail: dalsiza.coutinho@gmail.com ORCID: 0000-0002-8886-297X
- 2 Bacharel em Serviço Social (UFT) e Especialista em Serviço Social e Política Social (UFT). E-mail: gigi\_ferreira01@hotmail.com ORCID: 0000-0003-4929-1729
- 3 Doutora em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUCSP), professora Adjunta I da Universidade Federal do Tocantins - UFT, coordena-

nadora do Grupo de Estudos e Pesquisas Proteção Social e Famílias – GEPPSFAM e membro da Rede de Estudos e Pesquisas em Famílias e Política Social – REFEPS. E-mail: rosemeire\_santos@mail.uft.edu.br ORCID: 0000-0001-7172-4151

- 4 A reestruturação produtiva diz respeito a uma série de mudanças no modo de produção capitalista, das quais são mais expressivas, e podem elucidar o que de fato torna tão incrementado o modo de produzir, com base na programática neoliberal: a flexibilização, a terceirização, a precarização do trabalho etc. Princípios organizacionais dos quais decorrem padrões de produção em que se tem uma vinculação com a demanda, trabalho operário em equipe, just in time sistema kanban, estrutura horizontalizada, Círculos de Controle de Qualidade etc. (SILVA, 2011).
- 5 De um lado, a exigência da extração de valores (e da reprodução ampliada do valor) a partir da expropriação do trabalho vivo; e, de outro lado, a necessidade de expandir os meios e modos dessa extração pela via da economia da força viva de trabalho, através do incremento da produtividade proporcionada pelas alterações na composição orgânica do capital – que criam, em proporções cada vez maiores, os trabalhadores enquanto elementos supérfluos para a produção (JÚNIOR; NASCIMENTO, 2013, p. 22).